

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 374/XIII/2.ª (BE) - Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de junho);**
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
4. **Nova apreciação na generalidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 308/XIII/2.ª (BE) - Procede à sexta alteração à lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, aprovada pela lei orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto;**
 - **Projeto de Lei n.º 318/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores;**
 - **Projeto de Lei n.º 328/XIII/2.ª (PS) - 6.ª Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, simplificando e clarificando as condições de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos e alargando o âmbito de aplicação da Lei da Paridade;**
5. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição de um conjunto de entidades, a propósito da revisão do Regulamento das Custas Processuais e do Regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais;**
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente da Ministra da Administração Interna, a fim de serem prestados esclarecimentos relativos ao desaparecimento de cerca de 50 armas do depósito da Direção Nacional da PSP, conforme foi noticiado;**
7. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente da Ministra da Justiça, a propósito da notícia da fuga de três reclusos do Estabelecimento Prisional de Caxias;**
8. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente de todas aquelas cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
9. **Apreciação e votação Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Outros assuntos.**

11:30 Horas

Audição da Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado, para apresentação do relatório anual de atividades, relativo ao ano de 2016 (período entre 22 de julho e 31 de dezembro de 2016), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto (alterada pela Lei Orgânica n.º 12/2015, de 28 de agosto).

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

PROPOSTA DE LEI

N.º/AUTOR	ASSUNTO	DEPUTADO RELATOR
61/XIII/2.ª (GOV)	Estabelece o regime jurídico da prevenção, proibição e combate da discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.	Deputado José Manuel Pureza (BE)

Em seguida, a Comissão deliberou não escrutinar o Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu Relatório de avaliação *ex post* do programa Daphne (2007-2013) ([COM \(2017\) 55](#)).

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 374/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de junho), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD). Após uma breve intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP), o parecer (nas suas partes I e III) foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV.

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, procedeu-se ao adiamento para a reunião seguinte da nova apreciação na generalidade dos projetos de lei n.ºs 308/XIII/2.ª (BE) - Proceda à sexta alteração à lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, aprovada pela lei orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto; 318/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores; e 328/XIII/2.ª (PS) - 6.ª Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, simplificando e clarificando as condições de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos e alargando o âmbito de



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

aplicação da Lei da Paridade, uma vez que as propostas de aditamento apresentadas pelo Grupo Parlamentar foram distribuídas nessa manhã e não houve tempo para as apreciar.

No quinto ponto, foi retomada a apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para a audição de um conjunto de entidades, a propósito da revisão do Regulamento das Custas Processuais e do Regime de Acesso ao Direito e aos tribunais, tendo usado da palavra, para reintroduzir o tema, a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) recordou que, entretanto, baixara à Comissão um conjunto de iniciativas sobre a matéria e sugeriu que, num primeiro momento, fossem trabalhadas e consensualizadas essas iniciativas e só depois se avançasse com as audições propostas. Por sua vez, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) propôs como solução intermédia que fossem enviadas às entidades os textos apresentados, convidando-as a pronunciarem-se por escrito sobre elas, antes da apresentação de um texto trabalhado.

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) informou que o Grupo Parlamentar do PSD entendia ser fundamental ouvir as entidades propostas e conhecer a sua visão sobre o modelo a adotar. Em seguida, a Senhora Deputada Vânia dias da Silva (CDS-PP) esclareceu que a proposta do CDS-PP poderia ser concretizada através da realização de uma audição conjunta alargada e que o Grupo Parlamentar do CDS-PP estava de acordo com o pedido de pronúncia por escrito às mesmas entidades, num primeiro momento.

Também o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) manifestou a sua concordância com a necessidade de serem realizadas as audições propostas pelo CDS-PP, bem como com a sugestão feita pelo PCP, podendo o modelo de audição ser depois afinado. O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) adiantou que, em termos operacionais, as entidades a ouvir deveriam ser divididas em dois grupos, de um lado



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

as institucionais e do outro as associações sindicais, isto após se terem pronunciado por escrito e apresentado sugestões sobre os textos em apreciação, proposta que mereceu a concordância do Senhor Deputado António Filipe (PCP).

Em resultado das intervenções, e com a concordância dos presentes, o Senhor Presidente ficou de acertar, em reunião de Mesa e coordenadores, qual a metodologia a seguir para a realização das audições propostas.

No final, o requerimento do CDS-PP foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No sexto ponto, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo parlamentar do PSD para a audição urgente da Ministra da Administração Interna para prestar esclarecimentos relativos ao desaparecimento de cerca de 50 armas do depósito da Direção Nacional da PSP, tendo usado da palavra para o fundamentar o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que adiantou que as notícias sobre o número de armas desaparecidas eram contraditórias e que a inquietação gerada justificava a vinda da Senhora Ministra à Comissão, apesar de ter conhecimento de que estava a decorrer um inquérito. O Senhor Presidente informou que estava agendada para o próximo dia 7 de março uma audição, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento, com a Senhora Ministra da Administração, pelo que sugeria que esse ponto pudesse ser tratado nessa audição, dada a impossibilidade prática de realizar uma outra audição mais cedo, tendo o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) declarado que o PSD nada tinha a opor à sugestão feita, desde que essa matéria fosse tratada como ponto autónomo no início da audição regimental.

Submetido a votação, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, foi apreciado novo requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente da Ministra da Justiça, a propósito da notícia



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

da fuga de três reclusos do estabelecimento Prisional de Caxias, tendo o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) usado da palavra para referir que os problemas dos serviços prisionais não são de hoje, nomeadamente o da sobrelotação dos estabelecimentos prisionais e o da falta de guardas prisionais, mas que a fuga noticiada envolvia contornos novos, relacionados com o fenómeno da criminalidade organizada, e contornos duvidosos, como o da emissão de mandados de detenção europeus ou o da comunicação da fuga ter sido feita para o 112.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) disse que não se podia transformar a 1.ª Comissão num «piquete de ocorrências», mas que o assunto era sério e que o Grupo Parlamentar do PS não iria opor-se à audição requerida. Questionou ainda o carácter urgente da audição, por estar a decorrer um inquérito e ser necessário aguardar pela conclusão dessas diligências. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) alertou para o facto de não se dever transformar a Comissão num fórum de discussão de incidentes tático-policiais, sem com isto deixar de considerar relevantes e graves os incidentes noticiados, pelo que adiantou que o PCP não iria opor-se à realização da audição. Em resposta, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) declarou estar estupefacto com as intervenções produzidas, que desvalorizavam o conteúdo do requerimento, quando se estava perante um fenómeno novo, demasiado grave e causador de alarme social.

O Senhor Presidente referiu que as atribuições da Comissão de fiscalização do Governo não se confundiam com parceria na atuação, pelo que iria dar conta à Senhora Ministra da Justiça da apreensão causada pelos incidentes relatados e solicitar-lhe a vinda à Comissão para prestar esclarecimentos, como era seu dever, logo que obtenha os elementos indispensáveis. O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) retorquiu que a opinião do Presidente da Comissão era válida, mas que competia à Comissão deliberar em que termos se faria a audição, e que a mesma deveria ser feita com a maior brevidade possível, tendo o Senhor Presidente esclarecido que não teve a pretensão de se substituir à vontade da Comissão, apenas ajudou a promover entendimentos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

Em resultado das intervenções proferidas, ficou decidido que o caráter urgente da audição ficaria condicionado pelo diálogo a estabelecer entre o Senhor Presidente e a Senhora Ministra da Justiça para determinar o momento mais oportuno para a realizar.

No final, submetido a votação, o requerimento do PSD foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo lugar à apresentação dos relatórios finais de petições, passou-se ao ponto seguinte, que consistia na apreciação e ratificação do parecer da Subcomissão de Ética sobre levantamento de imunidade parlamentar relativo aos Senhores Deputados Cristóvão da Conceição Ventura Crespo e Maurício Teixeira Marques, que foi no sentido de autorizar o levantamento.

Após uma curta interrupção, teve início a audição da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, para apresentação do relatório anual de atividades, relativo ao ano de 2016 (período entre 22 de julho e 31 de dezembro de 2016), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto (alterada pela lei Orgânica n.º 12/2015, de 28 de agosto).

A Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE) fez-se representar pelos seus três membros, o Senhor Almirante José Torres Sobral (Presidente) e a Senhora Dr.ª Teresa Leal Coelho e o Sr. Dr. João Soares.

A audição decorreu à porta fechada, por sugestão do Sr. Presidente da Comissão, que foi aceite pelos demais Deputados, devido ao carácter reservado da matéria em apreciação.

O Senhor Presidente da Entidade Fiscalizadora usou da palavra para uma intervenção inicial, bem como os dois vogais e, em seguida, intervieram para colocar questões os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Filipe Neto Brandão (PS) José Manuel Pureza (BE) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), aos quais o Senhor Presidente da Entidade Fiscalizadora respondeu conjuntamente, tendo a sua resposta sido



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

complementada pelas intervenções da Senhora Dr.ª Teresa Leal Coelho e do Senhor Dr. João Soares.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 33/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Carla Sousa
Hugo Lopes Soares
Jorge Lação
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Andreia Neto
António Gameiro
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jamila Madeira
José Luís Ferreira